

É preciso que prevaleça a negociação, a USP é instituição educacional!

Deliberações da Assembleia de 13/11

- manutenção do estado de Assembleia Geral permanente;
- divulgação de parte da nota elaborada pelo DCE-Livre (ver p.8);
- compromisso da Adusp com a realização de uma análise mais aprofundada dos fatos ocorridos na USP em 12/11 e suas decorrências.

Manifesto da Adusp

Os presentes à sessão da Assembleia Geral permanente da Adusp ocorrida em 13/11 repudiaram tanto a ação da Polícia Militar — convocada pelo reitor J. G. Rodas — no *campus* Butantã da USP, na madrugada de 12/11, quanto a violência e arbitrariedade como foram tratados e estão sendo ameaçados os estudantes Inaúê Taiguara Monteiro e João Victor

Gonzaga, exigindo a isenção de qualquer processo criminal ou administrativo/punitivo.

Faria mais e melhor a Reitoria se tivesse permanecido no caminho da negociação democrática das reivindicações do movimento estudantil, postura esta que a sociedade espera de instituições públicas, em especial das instituições públicas de caráter educacional, como é o caso da USP.

Além disso, reiteramos: é fundamental que os avanços havidos nas negociações entre a Comissão da Reitoria e os estudantes sejam implementados e que seja assumida pela Universidade o compromisso com uma Estatuinte livre, soberana e democrática.

São Paulo, 13 de novembro de 2013
Assembleia Geral da Adusp

Programa Mínimo da Adusp para a USP

I. Concepção e financiamento da universidade

- defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, que se constitua como dever do Estado, não podendo ser considerada serviço ou mercadoria;
- ampliação da dotação orçamentária das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza;
- aperfeiçoamento da vinculação orçamentária legal (Lei Complementar que estabeleça percentual da arrecadação de impostos do Estado, incluídas as receitas advindas das transferências federais e de toda forma de compensação por perda da receita do governo estadual, bem como da dívida ativa);
- extinção das parcerias entre entidades privadas e a universidade pública que apresentem conflitos de interesse e ilegalidades administrativas;
- fim da cobrança de quaisquer cursos da USP;
- compromisso com a expansão do ensino superior público presencial no Estado de São Paulo;
- defesa da responsabilidade do Estado para com a Educação Básica de qualidade;
- discussão ampla sobre a inserção dos *campi* da USP nas cidades onde estão localizados, que contemple questões relacionadas com o acesso da população aos espaços da universidade e à mobilidade para chegar-se a eles, priorizando o transporte público;
- extinção do convênio com a Polícia Militar e construção de um debate amplo com todo o corpo da universidade para produzir e implementar um plano de segurança e vivência na USP.

II. Democratização da universidade

- agenda de democratização efetiva da estrutura de poder da USP ao longo do ano de 2014, que inclua a convocação de uma Estatuinte exclusiva;
- eleições diretas para cargos executivos;
- valorização dos Departamentos e instâncias correlatas no que concerne às políticas de natureza acadêmica, científica e de avaliação do trabalho docente;
- estabelecimento de mecanismos democráticos para eventuais afastamentos de chefes de Departamentos, diretores de Unidades, pró-reitores e reitor;
- estabelecimento de uma perspectiva de descentralização das

decisões administrativas, orçamentárias e acadêmicas;

- democratização da elaboração do orçamento da USP;
- transparência na execução orçamentária;
- criação de um Conselho Fiscal, que viabilize com agilidade a fiscalização do destino dos recursos na USP;
- devida compatibilização das normas da USP com o ordenamento constitucional e infraconstitucional vigente;
- encaminhamento das propostas de políticas afirmativas que efetivamente respondam às dívidas sociais históricas;
- instituição de um Conselho Social permanente, que cumpra o papel de interlocução com a sociedade.

III. Condições de trabalho acadêmico

- avaliação qualitativa e global do trabalho docente, no âmbito das unidades, que contemple a análise de seus diversos aspectos: ensino, pesquisa, extensão e engajamento institucional;
- rediscussão ampla da estrutura da carreira docente, com as seguintes possibilidades de detalhamento:
 - a) fim da centralização da avaliação externa às unidades;
 - b) cancelamento da mudança que introduziu os níveis horizontais;
 - c) reavaliação do nível em que a carreira deve se iniciar (MS1, MS2 ou MS3);
- criação de mecanismos internos à universidade para financiamento da pesquisa, não vinculados aos das agências de fomento, que tenham caráter distributivo e cujo julgamento seja feito com base em critérios próprios;
- financiamento adequado da permanência estudantil, que contemple toda a demanda qualificada, visando à diminuição da evasão e do tempo de conclusão dos cursos, incluindo a elaboração de um programa para moradia estudantil;
- extinção do processo de terceirização;
- fim dos contratos precários;
- reposição e ampliação do corpo de docentes e funcionários técnico-administrativos, visando a qualidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e do engajamento institucional;
- enfrentamento das questões relativas ao atendimento de saúde.

IV. Relação com movimentos e entidades

- reconhecimento e interlocução com entidades e movimentos da USP.

Após denúncia, USP “tira do ar” portal da Biblioteca Virtual de Direitos Humanos

Idealizadora da BVDH vê apropriação indébita na troca de seu nome pelo de José Gregori nos créditos do projeto

A USP “tirou do ar”, em 11/11, a Biblioteca Virtual de Direitos Humanos (BVDH) e o portal da Comissão de Direitos Humanos (CDH-USP), cuja atividade mais visível é exatamente a da BVDH. A retirada ocorreu depois que a idealizadora da biblioteca digital, a professora Maria Luiza Marcílio, que a implantou em 1998, denunciou um caso de “desapropriação autoral”: ela deixou de figurar, nos créditos virtuais, como autora do projeto. Em troca, aparece o nome do ex-ministro José Gregori. O episódio foi dado a conhecer pelo site da Adusp, em 4/11 (<http://goo.gl/HWXTza>).

Maria Luiza, que presidiu a CDH-USP entre 1997 (na gestão do reitor Jacques Marcovitch) e 2010, é professora titular aposentada do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Em agosto

último, ela constatou que seu nome como responsável pela BVDH havia sido substituído pelo de Gregori, atual presidente da comissão e ligado a Fernando Henrique Cardoso, de quem foi ministro em duas pastas (Direitos Humanos e Justiça). “Fiquei assustada com essa mudança do nome, uma surpresa desagradável”, conta a docente.

Além disso, na seção destinada à apresentação da equipe do BVDH (<http://goo.gl/ZvqjPh>), a “Concepção e Coordenação do Projeto” também foram atribuídas a Gregori. No entender de Maria Luiza, a mudança de nomes configura “crime de direitos autorais” e mostra frágil manutenção do banco de dados criado por ela. “Desde que saí da CDH, em 2010, o site da BVDH está parado, ninguém o está abastecendo. A única coisa que se observa são as consultas, que continuam”, completa.

Maria Luiza protocolou na Reitoria, em 18/10, carta exigindo a “restituição do Direito Autoral da Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP à sua autêntica criadora”. No documento, destaca: “A BVDH da USP tomou tamanho vulto que passou a ser considerada a maior do gênero em língua portuguesa e a quinta maior do mundo. O número de visitantes, que fui registrando ao longo de sua história, dos modestos 1.540 consulentes, até 13/9/1998, chegou em final de 2010 a 2.783.210”. Na última consulta realizada pelo *Informativo Adusp*, o número total de acessos à biblioteca virtual era superior a 4 milhões.

Pesquisa. “Para criar a BVDH, tive ajuda de juristas como [Fábio] Konder Comparato e outros para irmos montando, desde o Código de Hamurabi até hoje, quais foram os passos mais importantes na elaboração dos direitos humanos em âmbito universal. É uma pesquisa árdua, representa estudos meus feitos ao longo de

12 anos”, explica Maria Luiza.

Como não obteve respostas da Reitoria, ela entrou em contato com Isília Aparecida Silva, ouvidora da USP, em 25/10 e 31/10. Da segunda vez, informou, por telefone, que estava em contato com a Adusp para denunciar o caso publicamente. “A ouvidora imediatamente ligou para Gregori e para o reitor. Segundo ela me informou, eles falaram que não sabiam de nada, mas que iriam fazer as devidas mudanças”, conta a professora.

Por intermédio da Ouvidoria, o ex-ministro atribuiu a responsabilidade pela troca a “um técnico que mudou os nomes no site por conta própria, sem pedir autorização”, e que “iriam procurar saber quem era o técnico responsável pela alteração”, relata a professora. “Mas como um técnico vai fazer uma mudança desse tipo sem a autorização da autoridade?”. Até o momento em que o portal tornou-se indisponível, o nome de Gregori continuava a constar como responsável pela concepção do projeto.

Mandato de Rodas extingue-se em 12/12, mas calendário oficial da sucessão o estende indevidamente até janeiro!

O mandato do reitor J.G. Rodas extingue-se em 12/12/2013, inapelavelmente. Por esta razão, a Adusp alertou no Ofício 45/13, enviado à Reitoria em 24/10 (<http://goo.gl/bE2jfN>), para o fato de que o atual calendário eleitoral “não respeita a data de término da gestão do atual reitor, estendendo-o indevidamente”, e que o processo de indicação do novo reitor deve completar-se antes de 12/12/2013.

No mesmo ofício, a Adusp pediu a revogação do artigo 6º, *caput*, da Resolução USP 6.640/13, que determina que a consulta à comunidade “será realizada no dia 10 de dezembro de 2013, em cada Unidade, Museu, Instituto especializado ou órgão da Administração Central”.

Seria mais apropriado, argumenta a Adusp, “que a consulta

fosse realizada antes de 3/12/2013 e a reunião da Assembleia Universitária para indicação da lista tríplice seja marcada em 9/12/2013, respeitando-se o prazo de 5 (cinco) dias entre a data de realização da consulta e da sessão da Assembleia Universitária, impondo-se, por conseguinte, a revogação das disposições legais em contrário, em especial os já mencionados artigos 1º e 6º da Resolução 6.640/13”.

Impreterível. O ofício lembra que a anterior mandatária do cargo, a reitora Suely Vilela, “foi nomeada para um mandato de quatro anos em 24/11/2005 e [teve] cessado seu mandato a partir de 25/11/2009 (D.O.E)” e que, como “o ato de nomeação da atual gestão foi publicado no D.O.E de 13/11/2009 e

revalidado em 12/12/2009 (D.O.E), para também um mandato de quatro anos”, o término do atual mandato ocorrerá impreterivelmente em 12/12/2013.

A Adusp observa que o fato de a “posse do atual mandatário ter ocorrido apenas em 25/1/2010, momento em que o atual reitor se desincompatibilizou do cargo de diretor da Faculdade de Direito da USP, não estende o respectivo mandato de reitor para a data de 25/1/2014”, pois este cargo “já estava vago desde 25/11/2009 para o exercício do novo reitor já nomeado”, e que ao invés “de entrar imediatamente em exercício, optou o novo Reitor por coordenar uma equipe de transição até a data de desincompatibilização do cargo anterior e posse no novo (25/1/2010)”.

Depois de faltar duas vezes, reitor promete ir à Alesp

O reitor J. G. Rodas, que por duas vezes consecutivas faltou a audiências da Comissão de Educação e Cultura (CEC) da Assembleia Legislativa para as quais foi regularmente convocado, finalmente anunciou sua ida à casa, para o dia 27/11. A informação consta de ofício enviado por ele em 25/10 ao deputado João Paulo Rillo (PT), presidente da CEC.

Os assuntos que motivaram a convocação estão relacionados a perseguições “promovidas pela Reitoria contra estudantes, funcionários e professores”, bem como à acusação de improbidade administrativa, que deu origem a uma ação judicial impetrada pelo Ministério Público Estadual.

Embora três deputados tenham ido ao *campus* do Butantã, em 23/10, com a intenção de ouvir o reitor, não o encontraram. A assessoria de imprensa da Reitoria informou que Rodas não estaria no *campus*. O chefe de gabinete também estaria fora do prédio, mas, segundo o presidente da CEC, “acabou surpreendido pelos deputados na Reitoria”.

Chapa 1 Hélio-Telma

“Defendemos, para escolha do reitor, um colégio eleitoral que utilize a proporção definida pela LDB”

1. A Chapa 1 é favorável à instalação de uma Estatuinte em 2014?

Antes mesmo de o Conselho Universitário manifestar sua disposição em discutir o Estatuto, nós já defendíamos que uma reforma era necessária para ser feita durante o ano de 2014, cabendo ao CO estabelecer a maneira de se fazer essa revisão. Acrescentamos a necessidade de fortalecer os órgãos colegiados e as Unidades.

2. Que projeto de Cotas a Chapa 1 defende para a USP?

Defendemos o Plano Institucional da USP como projeto de inclusão. Esse plano foi construído na Pró-Reitoria de Graduação após consulta a todas as Unidades e aprovado pelo CO em julho passado. Ele prevê metas significativas e factíveis de serem cumpridas e também ações específicas junto ao alunado da Escola Pública e de permanência estudantil. Uma constante avaliação de seus resultados visando o seu aprimoramento deve ser conduzida de forma aberta junto à comunidade universitária.

3. Quais outros pontos do Programa Mínimo da Adusp são compatíveis com o programa de gestão da Chapa 2, e quais são incompatíveis?

I. Concepção e financiamento da universidade

Defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente refenciada. Compatível.

Ampliação da dotação orçamentária das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza. O nosso programa não contempla a ampliação do percentual do ICMS, mas defendemos que o Centro Paula Souza tenha uma dotação orçamentária específica.

Aperfeiçoamento da vinculação orçamentária legal. Compatível.

Extinção das parcerias entre entidades privadas e a universidade pública que apresentem conflitos de interesse e irregularidades

administrativas. Acreditamos que é salutar haver parcerias com o entidades privadas, desde que dentro da legalidade e da ética.

Fim da cobrança de quaisquer cursos da USP. O ensino regular de graduação e pós-graduação stricto sensu deve ser gratuito. Para os demais cursos, é preciso que ocorram dentro da legalidade e com monitoramento, com significativa contrapartida financeira à USP.

Expansão do ensino público presencial. O Plano de Desenvolvimento Institucional, cujo cumprimento é parte de nosso plano de gestão, prevê uma expansão da USP, viável após os ajustes financeiros necessários. Acreditamos que ela deva se dar, preferencialmente, em seus campi atuais. Outras iniciativas de expansão do ensino público paulista contarão com o nosso apoio.

Responsabilidade do Estado para com a Educação Básica de qualidade. Concordamos que a USP tem a obrigação social de defender a Educação Pública de qualidade em todos os níveis. Defendemos o fortalecimento das Licenciaturas, além de uma atuação direta na qualificação continuada dos professores do ensino público por meio de convênios com as secretarias de educação estadual e municipais.

Inserção dos campi da USP nas cidades. O acesso da população aos espaços da Universidade deve se dar respeitando as características que as definem como um espaço público com finalidades específicas. Devemos aperfeiçoar a ligação do campus do Butantã com o sistema metroviário.

Extinção do convênio com a PM. O convênio com a Polícia Militar deve ser amplamente avaliado e debatido, e isso inclui a análise técnica de dados e dos resultados conseguidos durante a sua vigência. A USP possui grupos de pesquisa de alto nível que devem participar na formulação de sua política de segurança, direcionada para o bem estar de toda a comunidade universitária.

II. Democratização da universidade
Agenda de democratização efetiva da estrutura do poder ao longo de 2014. Ver resposta à Pergunta 1.

Eleições diretas. Como já mencionado, o CO deve fazer a discussão sobre a forma de escolha dos cargos executivos. Defendemos, para a escolha do reitor, um colégio eleitoral mais amplo que o atual e que utilize a proporção definida pela LDB: 70% de docentes, 15% de funcionários técnico-administrativos e 15% de alunos. Esse colégio produzirá a lista tríplice a ser encaminhada ao Governador. Defendemos que a eleição de diretores se complete dentro da Unidade.

Valorização dos Departamentos. Compatível.

Mecanismos democráticos para eventuais afastamentos. Somos contra a cassação de mandatos, que só podem ocorrer em casos de improbidade administrativa após o correto seguimento dos cânones jurídicos.

Descentralização. Compatível.

Democratização e transparência do Orçamento. Fortalecimento da consulta às Unidades para a elaboração das Diretrizes Orçamentárias, da COP e do CO. Fortalecimento da COP como coordenadora do processo de elaboração do orçamento e de seu monitoramento. Deve-se incluir em suas atribuições também o controle do uso das reservas financeiras. A transparência na execução orçamentária consta de nosso Plano de Gestão.

Compatibilização das normas da USP com o ordenamento constitucional vigente. Nossa gestão reafirma o compromisso de zelar pelo respeito a todas as normas constitucionais.

Conselho Social permanente. Reconhecemos a importância de fortalecer a interlocução com a sociedade. O modelo a ser seguido deve ser objeto de estudos.

III. Condições de trabalho acadêmico
Avaliação qualitativa e global do trabalho docente, no âmbito das unidades. A avaliação docente no âmbito da unidade deve ser o

primeiro e importante passo dentro de um processo amplo baseado em critérios acadêmicos objetivos. Deve-se evitar a endogenia e o corporativismo. Rediscussão ampla da carreira. O processo de avaliação docente está sendo rediscutido pelo CO. A carreira docente não deve conter apenas os três níveis da carreira anterior. O modelo atual pode ser aperfeiçoado; de maneira geral, não se justifica mais a contratação de docentes nos níveis MS1 ou MS2, a menos em casos específicos e bem justificados.

Financiamento interno da pesquisa. A Universidade deve apoiar grupos emergentes e recém doutores que tenham dificuldades de financiamento externo, sempre garantindo a qualidade acadêmica.

Financiamento adequado da permanência estudantil. Compatível.

Extinção do processo de terceirização. A terceirização deve se restringir às atividades de apoio. A USP deve aperfeiçoar a licitação e a administração dos contratos, assim como melhorar as acomodações dos terceiros.

Fim dos contratos precários. Somos favoráveis à abertura de concursos para a efetivação visando o fim dos contratos precários existentes.

Reposição de pessoal. A autorização da contratação de todos os servidores deve ser analisada caso a caso garantindo sempre a qualidade das atividades-fim da Universidade. Os cargos são criados pela Assembleia Legislativa e devem ser utilizados de forma a atender o desenvolvimento estratégico da USP.

Saúde. Dentro do pacote de benefícios que a USP deve oferecer a seus servidores está o de assistência à saúde, incluindo o atendimento psicossocial.

IV. Relação com movimentos e entidades

Reconhecemos a importância da interlocução com entidades e movimentos da USP legalmente constituídos.

Chapa 2 Cardoso-Ramires

“Nosso compromisso com o país não pode ser afetado por amarras burocráticas típicas do serviço público”

1. A Chapa 2 é favorável à instalação de uma Estatuinte em 2014?

A Chapa 2 é favorável a revisão estatutária que deverá ser iniciada de imediato.

2. Que projeto de Cotas a Chapa 2 defende para a USP?

A Chapa 2 avaliará o impacto do novo Inlusp em relação às metas estabelecidas. Em função desta análise, se for o caso, corrigir seus rumos visando atender ao que foi preconizado.

3. Quais outros pontos do Programa Mínimo da Adusp são compatíveis com o programa de gestão da Chapa 2, e quais são incompatíveis?

I. Concepção e financiamento da universidade

Em nossa proposta defendemos a USP como um bem público e como tal deve ser tratada. A expansão da dotação orçamentária deve ser um programa de estado que implique crescimento do sistema público de ensino superior e que envolva todos os seus atores. Este crescimento deve ser pautado na manutenção da qualidade, da valorização do mérito com ações afirmativas para inclusão das minorias e estudantes oriundos das escolas públicas.

A infraestrutura dos *campi* não apresenta condições para permitir o livre ingresso da população em suas instalações. Não tem banheiros públicos adequados e

nem condições de garantir a segurança dos frequentadores. Assim, no estado em que se encontram não há como atender este quesito em face do apresentado.

Quanto à PM devemos rever o relacionamento da universidade com esta instituição. Sua presença se faz sentir nas ocasiões de delitos de natureza criminal e só! A PM deve ser um acessório para nossa equipe de segurança e não nossa própria equipe de segurança. Ela deve ser acionada nas ocasiões citadas, mas não deve comandar nossa tropa.

Defendemos ampla interação com o setor produtivo, para o qual construiremos uma ponte segura de relacionamento, para garantir a transparência e bem defender a coisa pública.

II. Democratização da universidade

A democratização da USP é o que todos buscamos. Vamos refazer os canais de comunicação perdidos. Nossas instituições serão chamadas para rever o estatuto de modo a diluir o poder reitoral e tornar mais representativo aquele que nos conduzirá. O mesmo deverá acontecer com o restante da cadeia. Por sua especificidade a USP não pode ser tratada como uma simples repartição pública. Somos autônomos e vamos exercer nossa autonomia em sua plenitude. Vamos lutar para que esta autonomia seja de fato global, e não parcial como ocorre atualmente, pois nosso compromisso com o país não pode ser afetado por amarras burocráticas

típicas do serviço público.

A fiscalização e interlocução com a sociedade não deve estar restrita a um conselho. Deve ser uma função do agente público, logo uma função que cabe a todos nós.

Esta gestão nos levou a pensar que o deve ser feito para a Universidade é aquilo que o reitor quer. Não será mais assim. Todas as questões de interesse da comunidade serão discutidas e seus processos não serão engavetados pela burocracia. Vamos discuti-la até a decisão final em nosso órgão superior. Vamos sim, dar diretrizes conceituais para melhoria de nosso ensino, pesquisa e atendimento à comunidade, como sugerimos em nossas propostas já difundidas (www.professorcardoso.com.br), mas a legislação terá sua condução nas mãos da comunidade representativa de nossa corporação.

III. Condições de trabalho acadêmico

Durante o período que nosso candidato a vice-reitor, professor Ramires, conduziu a CERT, as unidades foram chamadas para conceber o seu perfil docente. Esta postura mostrou-se acertada, pois as características de cada uma delas foram contempladas nos critérios de avaliação.

Nossa diversidade mostra que um critério único de avaliação para todos é divisionista e causa conflitos. Esta postura da avaliação única não será praticada em nossa gestão, mas a unidade será chamada para a sua concepção.

A rediscussão ampla não será realizada apenas na estrutura da

carreira docente. Ela será realizada em toda a administração, para corrigir erros do passado, torná-la mais saudável e que contemple nossas diferenças.

O financiamento à pesquisa deve ser visto como contrapartida a investimentos captados de agências de fomento, pois vários quesitos não são contemplados pelos editais. Serão dados incentivos ao jovem docente que inicia sua vida como pesquisador independente e um tratamento diferenciado para os grandes laboratórios na manutenção de seus espaços.

A USP deve ter um foco na sua atividade-fim e deixar atividades de apoio para outros. No entanto, a contratação deve ser feita com competência e com critérios rígidos para garantir a segurança dos colaboradores.

A questão da saúde será atacada de imediato. Há muito tempo esperamos uma resposta da Universidade nesta questão. Temos projeto pronto para esta área, feito por gente competente que dará a segurança tanto esperada por todos.

IV. Relação com movimentos e entidades

Como dito, os canais de comunicação serão restabelecidos. As práticas do diálogo, da escuta privilegiada serão práticas correntes. O contato permanente com as entidades e movimentos da USP estará baseado em agendas, com periodicidade compatível ao momento, como fizemos quando conduzimos a Escola Politécnica.

Chapa 3 Zago-Vahan

“Assumimos compromisso com uma agenda de mudanças e democratização da universidade”

1. A Chapa 3 é favorável à instalação de uma Estatuinte em 2014?

Nossa chapa não se opõe à instalação de uma Estatuinte, embora esteja ficando aparente que diferentes pessoas entendem este termo de formas diversas. Consideramos que a USP, a despeito da sua reconhecida importância e da inegável qualidade dos seus cursos, da excelência das atividades de pesquisa, enfim, do caráter diferenciado da sua produção científica, intelectual e cultural, passa por uma crise nas suas formas de legitimação e de gestão. Essa crise manifesta-se, especialmente, no crescimento e aprofundamento dos movimentos de contestação dos seus estatutos por parte de diversos setores da comunidade universitária, mas também por reivindicações externas à instituição, visíveis em demandas diversas da sociedade, bem como dos poderes públicos, que solicitam da universidade atenção para uma agenda social nova. Nesse sentido, a USP, por ser uma instituição social e pública, necessita rediscutir o seu arcabouço regimental, condição para a normalização das suas atividades e do cumprimento da sua missão educativa e científica.

A próxima gestão não poderá desconhecer o valor desses tais requerimentos e deverá assumir o compromisso de repactuar as relações no âmbito da universidade e de rever os seus ligamentos com a sociedade. Logo nos primeiros meses, julgamos fundamental construir uma agenda de debates com as representações dos três corpos que compõem a universidade e com todos os órgãos colegiados, que contemple os temas fundamentais a serem rediscutidos, cujo encaminhamento e soluções dependerão das deliberações tomadas ao longo do processo. Desse modo, a decisão de instalar uma Estatuinte ou de reformar os estatutos caberá à comunidade

uspiana, assim como compete aos dirigentes fazer cumprir as determinações da totalidade. Somente respeitando as resoluções do conjunto é que a convivência universitária será refeita. Assumimos, em suma, o compromisso com uma agenda de mudanças e de democratização da universidade.

Esse nosso compromisso envolve a mudança do processo de tomada das decisões, restabelecendo o papel primordial do Conselho Universitário, das Congregações e dos Conselhos Centrais como órgãos deliberativos definidores das perspectivas estratégicas da Universidade. A isso se associará a revisão do funcionamento, da estrutura e das representações dos órgãos colegiados.

2. Que projeto de Cotas a Chapa 3 defende para a USP?

A USP tem o compromisso de ser um importante instrumento de modificação da sociedade, o que exige o contínuo aperfeiçoamento de políticas de inclusão na graduação, bem como o permanente acompanhamento de seus resultados. Reconhecemos que a composição do corpo discente da Universidade é de qualidade; no entanto, atraímos principalmente talentos já bem preparados para ter sucesso no processo de vestibular adotado, e o nosso objetivo deve ser o de incluir os melhores, mesmo aqueles que não tiveram a oportunidade de se preparar adequadamente. Com a ampliação da diversidade social espera-se obter um progressivo enriquecimento da universidade.

A elaboração e a prática progressiva de políticas de inclusão voltadas aos estudantes de graduação devem basear-se em três princípios fundamentais: absorção crescente de egressos de escolas públicas, consideração das diferenças socioeconômicas, e ponderação de critérios étnico-raciais. A esse

tripé fundamental deverão combinar-se medidas diferenciadas de superação de defasagens educacionais derivadas das desigualdades sociais, assim como o aumento e aperfeiçoamento dos programas de apoio à permanência estudantil.

O estabelecimento de cotas, tanto as socioeconômicas como as de base étnico-raciais, deve ser considerado como uma das alternativas para a inclusão na USP. Defendemos a adoção de alternativas não exclusivas, incluindo a discussão pela comunidade do modelo atual de um único procedimento de ingresso na Universidade, o nosso vestibular, que é de excelente qualidade, mas tem demonstrado não ser inclusivo, mesmo com a adoção de ponderações e ajustes. Com processos de seleção diversificados poderemos ser mais eficientes na seleção dos nossos alunos, minimizando as atuais distorções.

A médio e longo prazo apoiaremos ações que permitam à USP contribuir mais expressivamente para as políticas públicas para a melhoria do ensino básico e do ensino médio.

3. Quais outros pontos do Programa Mínimo da Adusp são compatíveis com o programa de gestão da Chapa 3, e quais são incompatíveis?

O principal ponto de superposição entre o Programa de Gestão de nossa chapa e o Programa Mínimo da Adusp é o reconhecimento da necessidade de repactuar a universidade com base na recuperação da capacidade de diálogo entre seus diferentes componentes: estudantes, servidores e professores. Ao mesmo tempo há urgência de estabelecer o compartilhamento de poder entre a Reitoria (composta formalmente por reitor, vice-reitor, pró-reitores) e as unidades (representadas por seus diretores). Há acordo

quanto aos benefícios da efetiva descentralização de atividades-fim e atividades-meio, restabelecendo o lugar central das unidades de ensino e pesquisa na gestão de seus próprios destinos, na elaboração e execução de seus programas acadêmicos, reduzindo o papel da administração central na vida universitária do dia a dia.

Nosso programa inclui, ainda, a defesa da autonomia universitária, dentro da visão de que não implica liberdade absoluta. Se a autonomia financeira das três universidades estaduais paulistas foi um grande passo, sua preservação exige atenção: há necessidade de manter o equilíbrio financeiro e maior transparência no uso de recursos. As decisões sobre a direção dos investimentos da universidade têm que ser mais participativas, envolvendo o Conselho Universitário, a COP e os diretores das unidades. Em contrapartida, se a autonomia nos garante liberdade quanto à criação ou modificação de cursos e quanto aos critérios de acesso à universidade, temos que executar essas atividades em consonância com os interesses da sociedade. A USP tem uma responsabilidade especial com o ensino de graduação, em particular com a preservação da qualidade, acompanhando as mudanças no caráter das profissões mais variadas, de educação continuada de estudantes, profissionais e professores. Esses novos desafios exigem criar, rever e reformar cursos e currículos segundo os princípios de atenção às demandas da sociedade e da melhor utilização dos recursos públicos.

Entendemos que há grande concordância de nossa Proposta com o Programa Mínimo da Adusp.

Outro ponto de concordância é a inserção da Universidade na sociedade, que inclui o aumento do seu relacionamento com os municípios onde estão instalados nossos *campi*.

Chapa 4 Wanderley-Suely

“Somos favoráveis ao Programa de Inclusão em curso há vários anos, que deve sofrer aprimoramentos”

1. A Chapa 4 é favorável à instalação de uma Estatuinte em 2014?

A chapa Mantendo o Rumo é favorável ao que foi deliberado na reunião do Conselho Universitário de 1/10/13, que prevê a criação de um calendário para discussão e aprovação de mudanças no estatuto e no regimento geral da USP, a partir da primeira reunião do CO em 2014.

2. Que projeto de Cotas a Chapa 4 defende para a USP?

Sem abrir mão do mérito e de uma boa formação acadêmica de nível básico daqueles que ingressam na USP, entendemos que a

instituição não pode se isolar e deve estar atenta aos movimentos e anseios da sociedade. A inclusão das diferenças é legítima e fortalece os princípios fundadores da Universidade, mas não apenas isso: há de se criar políticas que permitam a permanência de todos aqueles que ingressarem. Por isso, somos favoráveis ao Programa de Inclusão em curso há vários anos, entendendo que deve sofrer aprimoramentos baseados em estudos que levem a Universidade a atingir as metas previstas para 2018 de inclusão de PPIs nas instituições de ensino superior paulistas, conciliados com as competências necessárias que devem ter os estudantes da

USP. Além disso, a USP precisa se comprometer decisivamente na formulação de políticas e ações que visem à melhoria da educação básica pública do Estado de São Paulo.

3. Quais outros pontos do Programa Mínimo da Adusp são compatíveis com o programa de gestão da Chapa 4, e quais são incompatíveis?

Pelo espaço disponível a estas respostas, não é possível descrever todos os pontos do Programa Mínimo da Adusp que são compatíveis com o programa de gestão da Chapa Mantendo o Rumo, pois a maioria o é. Assim, listando por

tópicos, há compatibilidade com os seguintes itens: I.1, I.2, I.3, I.7, I.9, II.2, II.3, II.4, II.5, II.6, II.7, II.9, II.10, III.1, III.4, III.6, III.7, III.8.

Destacamos, para melhor explicitar, dois itens. No caso do item II.2, sobre eleições diretas para cargos executivos, entendemos que devem seguir os parâmetros definidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). No caso da compatibilização das normas da USP com o ordenamento constitucional e infraconstitucional (item II.9), devemos estar atentos, no entanto, aos casos de ordenamentos infraconstitucionais, pois estes não podem atentar contra a autonomia universitária.

Rejeitada, em 1ª instância, ação contra Boueri e Rodas por improbidade na EACH

Assessoria jurídica estuda melhor forma de dar continuidade à iniciativa

No exercício de suas prerrogativas de seção sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) e na condição de substituto processual, a Adusp ajuizou, em 11/11, a ação número 1011123-62.2013.8.26.0053, contra o diretor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), José Jorge Boueri Filho, de quem pede liminarmente o afastamento do cargo, e contra o reitor da USP, J. G. Rodas, ambos por improbidade administrativa.

Já em 12/11, no entanto, o juiz Luis Manoel Fonseca Pires, da 3ª Vara da Fazenda Pública, emitiu sentença, extinguindo a ação sem exame do mérito. Entendeu ele que a Adusp não teria legitimidade para propor a ação, já que, segundo sua interpretação, “apenas o Ministério Público e as pessoas jurídicas previstas no artigo 1º da Lei 8.429/92, isto é, a Administração Direta, antes da Administração Indireta, empresa incorporada ao patrimônio público” ou ainda “entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual”, é que seriam legitimados para tanto.

Diante disso, a entidade emitiu

nota, na qual anunciou que, “embora segura de seu direito, a Adusp, tendo em vista o melhor caminho para atingir os objetivos perseguidos, está estudando, por intermédio de sua assessoria jurídica, a solução adequada à situação” (vide íntegra em <http://goo.gl/IgH2al>).

Histórico. A Adusp propôs a ação depois que a USP deixou de atender os pedidos da entidade de a) imediato afastamento do diretor da EACH, por sua conduta comprometedor nos fatos relacionados à deposição ilegal de 40 mil m³ de terras, de origem desconhecida e ao menos parcialmente contaminadas, no *campus* leste, e b) abertura de investigação da atitude conivente ou omissa, quanto a esse caso, de diversos outros dirigentes da universidade, entre os quais o reitor. O pedido foi formulado no Ofício 46/2013, protocolado na Reitoria em 31/10 (<http://goo.gl/knyjlz>).

A ação solicita que Boueri seja liminarmente afastado do cargo e que a justiça determine “a nomeação imediata”, pelo reitor, do novo diretor ou diretora da Escola, após a elaboração da lista tríplice pela Congregação da EACH em 19/11/2013, de modo que a nova direção possa imediatamente to-

mar posse. Requer ainda, ao final do processo, com base na Lei 8.429/1992, a condenação de Boueri “nos termos do artigo 12-III, à perda da função pública, e do artigo 257, II, VI e XIII do Estatuto dos Funcionários Públicos de São Paulo, à pena de demissão, pagamento de multa civil equivalente a 100 vezes a sua remuneração e ao ressarcimento integral do dano”, bem como, “nos termos do artigo 12-II, a condenação do réu João Grandino Rodas à perda da função pública, e pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano”.

Na ação, a Adusp assinala que a falta de providências quanto às terras contaminadas depositadas na EACH colocou em risco a segurança e a saúde da comunidade local, constituída por 4.780 estudantes de graduação, 120 alunos de pós-graduação, 650 inscritos nos cursos de extensão, 260 professores e 190 funcionários. Os riscos ambientais e o autoritarismo da direção da unidade levaram docentes, estudantes e funcionários a entrar em greve em 10/9 (<http://goo.gl/MJOLw9>).

Crimes ambientais.

Também é indicada na ação a longa história de crimes ambientais da USP na EACH e o sistemático desatendimento das orientações da Companhia Tecnológica de Saneamento Ambiental (Cetesb) para correção dos problemas, que

resultou na recente aplicação de multa de R\$ 96.869,35. Sobre o aterro ilegal realizado entre janeiro e outubro de 2011, lembra ainda a ação que “o diretor da EACH determinou, sem autorização ambiental ou qualquer tipo de controle de procedência, e a despeito de autorização dos setores competentes da Universidade, o depósito da terra de origem desconhecida, e contaminada, no *campus* da USP Leste”.

Ressalva que a “doação de terras transportadas pela empresa particular não poderia ser aceita a menos que viesse acompanhada de garantias de sua qualidade, a fim de que o bem público não se prestasse, como se viu, como mero desterro, ainda mais de terras contaminadas, como forma arditosa de se livrar o particular do ônus do destino especial a ser dado à carga”.

Sobre a sindicância administrativa instaurada por J.G. Rodas em 21/12/2011, para apurar os fatos e “analisar as providências relativamente à gestão ambiental da USP Leste desde 2006”, afirma a Adusp que “a comissão sindicante nomeada, que concluiu seus trabalhos em julho de 2012, deixou de apontar qualquer agente responsável pelos fatos ocorridos e aqui relatados”, e que tal “conclusão inconclusiva” foi homologada pelo reitor, “que, assumiu, portanto, neste ato, a responsabilidade de não apurar atos manifestamente ilegais”.

Consulta paritária na EACH teve 1.367 votantes

A consulta paritária à comunidade da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), realizada em 7/11 para escolha da nova direção, teve como vencedora a Chapa 2, das candidatas Maria Cristina Motta de Toledo (diretora) e Neli Aparecida de Mello-Théry (vice-diretora). No total, votaram 186 docentes, 181 funcionários e 1.000 estudantes. A Chapa 2 ganhou nas duas primeiras categorias, recebendo 157 votos de funcionários e 87 de docentes, além de 131 de alunos.

A Chapa 3, de Luiz Silveira Menna Barreto (diretor) e Mario Pedrazzoli Neto (vice-diretor), foi a mais votada entre os estudantes, levando 569 votos da categoria, recebendo ainda 46 de

docentes e 9 de funcionários. A Chapa 1, dos professores associados Flávia Mori Sarti (diretora) e Roberto Pereira Ortiz (vice-diretor), recebeu 51 votos dos docentes, 11 de funcionários e 292 de estudantes. Na ponderação de votos das três categorias, a Chapa 2 obteve 34,58%; a Chapa 3, 11,12%; a Chapa 1, 9,87%. Houve 0,27% de votos em branco, 0,63% de nulos e abstenção de 43,54%.

A consulta democrática na EACH foi uma conquista da greve na unidade. Na reunião da Congregação prevista para 19/11, espera-se que o resultado da consulta seja confirmado na lista tríplice a ser encaminhada à Reitoria. Em 14/10, o reitor assumiu o compromisso de nomear e dar posse a

quem recebesse a maior votação.

Os funcionários, que votaram massivamente na Chapa 2, dizem-se contemplados com a consulta: “Agora só estamos esperando para ver se a Congregação vai referendar esse resultado”, diz Ernandes Pereira Silva.

Nova gestão.

Avaliação bem diferente faz a estudante Júlia Mafra: “Maria Cristina carrega muito dos princípios da Reitoria e da antiga gestão do Boueri”, ressalva. “Mas mesmo sem o resultado que queríamos, a consulta foi muito importante e representou um processo democrático para a escolha da nova direção”. Os estudantes votaram em massa na Chapa 3

por considerar o professor Menna “a representação do movimento” entre os candidatos.

“Quem votou nos outros candidatos [que não a Chapa 2] não gostou muito do resultado, mas está com disposição de colaborar com a nova gestão e com o desenvolvimento da EACH”, diz a professora Elizabete F. Cruz.

Maria Cristina nega ser próxima da Reitoria ou da direção da EACH. Decisões da gestão de Boueri teriam dificultado o trabalho dela como presidente da Comissão de Graduação (2005-2010). Ela se diz satisfeita com o resultado da consulta: “Isso nos dá enorme responsabilidade já que a EACH está em crise e precisa de uma diretoria que a recupere em vários sentidos, e é isso que pretendemos fazer”.

Edital de Convocação para Eleição do Conselho de Representantes

Nos termos do Regimento Geral e das Normas das Eleições, ficam convocados os associados da Adusp-S.Sind. para a eleição de membros do Conselho de Representantes (CR), a ser realizada nas dependências da USP, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2013, das 9h00 às 21h00, para todas as unidades relacionadas abaixo. Os eleitos cumprirão mandato complementar, conforme determina o artigo 36, § 3º do Estatuto Social da Adusp-S. Sind. de modo que para as unidades com vacância de titular ou suplente, o término da gestão dos eleitos que ocuparão a vaga é o mesmo do representante atual. Nas unidades sem representantes, os eleitos cumprirão mandato complementar até maio de 2015. As inscrições dos candidatos a membros do CR deverão ser efetuadas na sede da Adusp situada à Rua Dr. Ernani da Gama Correia, 498, Butantã, São Paulo-SP. O prazo para inscrição dos candidatos se encerra no dia 29 de novembro de 2013, às 19h00.

São Paulo, 6 de novembro de 2013

Ciro Teixeira Correia

Presidente da Adusp-S.Sind.

Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA)
Escola de Comunicações e Artes (ECA)
Escola de Educação Física e Esporte (EEFE) – (suplente – mandato até maio/2014)
Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto (EEFERP)
Escola de Enfermagem (EE)
Escola de Engenharia de Lorena (EEL)
Escola de Engenharia de São Carlos (EESC)
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)
Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP)
Faculdade de Direito (FD) – (suplente - mandato até maio/2014)
Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP) - (titular - mandato até maio/2014)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP)
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) - (suplente - mandato até maio/2015)
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) - (suplente- mandato até maio/2015)
Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) – (suplente - mandato até maio/2014)

Faculdade de Odontologia (FO)
Faculdade de Saúde Pública (FSP)
Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais (HPRLLP)
Hospital Universitário (HU)
Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU)
Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG)
Instituto de Biociências (IB)
Instituto de Ciências Biomédicas (ICB)
Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) - (suplente-mandato até maio/2015)
Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE)
Instituto de Estudos Avançados (IEA)
Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)
Instituto de Física de São Carlos (IFSC)
Instituto de Medicina Tropical de São Paulo (IMT)
Instituto de Química (IQ) - (suplente- mandato até maio/2015)
Instituto de Química de São Carlos (IQSC)
Instituto de Relações Internacionais (IRI)
Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE)
Museu de Arte Contemporânea (MAC)
Museu de Zoologia (MZ)
Museu Paulista (MP)

Ao reintegrar Reitoria, PM agride e prende alunos que não participavam do movimento

A tropa de choque da Polícia Militar realizou na manhã de 12/11 a reintegração de posse da Reitoria da USP, ocupada desde 1º/10. Os estudantes que ocupavam o prédio retiraram-se antes da chegada da PM, porque foram avisados a tempo e decidiram não resistir. Contudo, dois estudantes, João Vítor Gonzaga Campos, de 27 anos, e Inauê Taiguara Monteiro de Almeida, ambos da FFLCH-USP, foram detidos pela PM, supostamente durante uma “tentativa de fuga”, e indiciados por danos e furto ao patrimônio público e formação de quadrilha, segundo o boletim de ocorrência (BO). Eles foram conduzidos ao 91º Distrito Policial e depois transferidos, em 13/11, para o Centro de Detenção Provisória de Osasco. Somente na noite de 13/11 é que seus advogados conseguiram a soltura, autorizada pela juíza Juliana Guelfi, do Departamento de Inquéritos Policiais.

Lideranças do movimento de ocupação afirmam categoricamente que João Vítor e Inauê não têm qualquer relação com o movimento. No momento em que foram presos, retornavam de uma festa na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), em direção à moradia estudantil. Tudo indica que a PM queria fazer prisões de qualquer modo.

O advogado Felipe Vono informou ao portal G1 que, “ao perguntarem por que estariam sendo detidos, os dois estudantes levaram chutes na canela, foram colocados dentro de um ônibus, onde foram deitados com a cabeça no chão e ouviram ‘uma série de humilhações’, além de levarem socos no estômago”. Enquanto estiveram encarcerados, não receberam refeições e tiveram seus cabelos raspados.

Na tentativa de obter uma posição da USP e liberar os rapazes, deputados estaduais tentaram

contato com a Reitoria, sem êxito. O deputado Carlos Giannazi (PSOL) esteve no 93º DP, onde conseguiu conversar com eles na carceragem. “Consta na conversa com o delegado que as acusações são absurdas. Estes alunos não faziam parte do acampamento, um deles é também funcionário da FAU [Faculdade de Arquitetura e Urbanismo], não teria como ficar lá, pois trabalha o dia inteiro. Foram escolhidos como bodes expiatórios”, declarou ao *Informativo Adusp*.

Giannazi pretende acionar a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, pois não conseguiu demover o delegado Celso Lahoz Garcia quanto ao relaxamento das prisões. “Argumentei muito, mas ele está convencido do BO que fez. Fiquei horrorizado. Disse a ele que está criminalizando ainda mais a situação, fortalecendo o autoritarismo do reitor e do governo estadual”.

Nota do DCE

“Em relação à ocupação de um prédio público, ainda, a posição do DCE-Livre e de todos os fóruns realizados do conjunto do movimento estudantil é pela manifestação política e democrática. Entendemos a ocupação da Reitoria como um método de luta, que deve ter início, meio e fim em busca de dialogar com os estudantes e atingir objetivos específicos. Desde o início, a deliberação de nosso movimento é contrária a qualquer tipo de danificação do patrimônio da universidade ou a ações de cunho individual, por fora dos fóruns de decisão, que desrespeitem essa orientação. Defendemos isso pois sabemos que este fator é utilizado como argumento pelos que querem nos criminalizar, e jamais admitiremos nenhum tipo de criminalização aos estudantes com base a estes motivos” (veja a íntegra em <http://goo.gl/9Vvuy0>).

Confira em <http://goo.gl/tM5VFr> o Relatório de Tesouraria da Adusp do período de março a outubro de 2013